

Ecos da “República das Alagoas”

LAVA JATO Os negócios suspeitos de Pedro Paulo Leoni Ramos, ex-ministro de Collor

POR HENRIQUE BEIRANGÊ

EM 2 DE OUTUBRO DE 1992, o senador Dirceu Carneiro caminhou pelos corredores do Palácio do Planalto até o gabinete do então presidente Fernando Collor de Mello. Lá entregou a comunicação oficial, avalizada por 441 deputados federais, de que daquele dia em diante Collor estaria afastado da Presidência até a conclusão do processo de *impeachment*. Carneiro disse ao então presidente esperar que aquele ato representasse o aperfeiçoamento de nossa recém-recuperada democracia. Da boca de Collor ouviu apenas uma palavra: “Certamente”.

Collor sairia no mesmo dia do Palácio do Planalto em um helicóptero da Força Aérea Brasileira. Enquanto acenava para a multidão, que o via, o País vivia a falsa sensação de que a tradição da impunidade estaria com os dias contados e que o *establishment* passaria a estar em igualdade de condições diante da lei. Pouco mais de dois meses depois, Collor renunciaria horas antes de o *impeachment* ser aprovado pelo Senado.

As acusações de corrupção no esquema PC Farias e de desvios em contratos de publicidade se esvaíram como pó onde menos se esperava: nas barras dos próprios tribunais. Para o Supremo Tribunal Federal, a mesma Teoria do Domínio do Fato aguida no caso do “mensalão” não

poderia ser aplicada ao ex-presidente e atual senador. No ano passado, em um julgamento dos contratos de publicidade durante seu governo, segundo a Corte, “não havia provas” de que Collor sabia das tramoias praticadas por seus auxiliares. Argumento semelhante foi usado pela Corte no primeiro julgamento no qual foi absolvido em 1994.

O tempo passou. Collor seguiu sua vida com as absolvições concedidas pela Justiça e por parte da população de Alagoas. Eleito senador, voltou à cena política de dedo em riste contra todos aqueles que o acusaram. “Após mais de duas décadas de expectativa e inquietações, de injustiças, quem poderá me devolver agora tudo o que perdi? Quem poderá me devolver?”

A PF mapeia outro “Esquema PP” na Petrobras, como aquele dos anos 1990

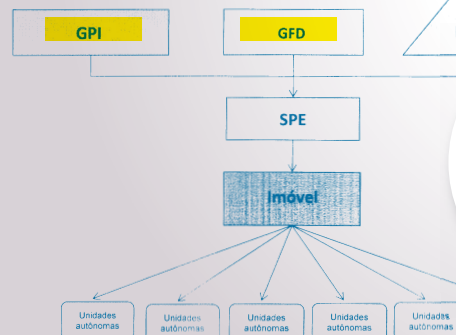
ESTRUTURAÇÃO PROJETO SÃO

Premissas e Objetivo

O escopo do presente trabalho consiste, inicialmente, na definição para a venda, total ou parcial, de um imóvel ou da SPE que detém o direito de Investimento Imobiliário (“FII”), com o objetivo de implantar unidades autônomas de um hotel de baixo custo a ser construído no slide abaixo, que servirá como acomodação para participantes e/o Janciro para os jogos Olímpicos de 2016 (a “Operação”).

Alienação das unidades au

Após a conclusão do Empreendimento, a alienação das unidades diretamente pela SPE e os recursos serão divididos e distribuídos exatas proporções cada uma das partes. Sob a perspectiva dos co serão distribuídos diretamente (*ex-dividendos*).



As respostas a essas perguntas ficarão para depois, pois Collor está perto de voltar ao banco dos réus. Mais uma vez, o ex-presidente é acusado de um crime em parceria com um velho amigo. Padrinho de casamento e colega de juventude, o empresário Pedro Paulo Leoni Ramos, o “PP”, está envolvido até o pescoço na Operação Lava Jato e com personagens do submundo do crime organizado.

Quem acusa é a Polícia Federal. Segundo os investigadores, PP, ministro

GERALDO MAGELA E CHARLES SHOLL/
FUTURA PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO



FERNANDO COLLOR



SÃO CRISTOVÃO - RJ

Objetivos

te, na definição do modelo jurídico ideal e deterá sua propriedade para um Fundo e implantação e posterior alienação de struído no Imóvel, conforme definido no antes e/ou turistas que virão ao Rio de

Unidades autônomas

das unidades autônomas será feita e distribuídos como dividendos nas va das cotistas do FII, os dividendos

FII

PEDRO PAULO RAMOS



ALBERTO YOUSSEF



Unidades autônomas

Unidades autônomas



MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
COORDENAÇÃO GERAL DE POLÍCIA FAZENDÁRIA
SERVIÇO DE REPRESSÃO DE DESVIOS DE VERBAS PÚBLICAS

346

INFORMAÇÃO SOBRE PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS

I - OBJETIVO

O presente documento tem o objetivo de informar sobre as relações de "negócios" e movimentações financeiras entre as empresas integrantes da organização criminosa investigada e as empresas de PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS.

As fontes utilizadas para a produção deste documento são as interceptações de dados, Relatórios de Inteligência Financeira fornecidas pelo COAF, materiais apreendidos e fontes abertas, vinculados à investigação constantes nos IPL's 148/2013 E 194/2012-SR/DPF, os quais resultaram nas operações Miqueias e Elementar.

II - PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS

PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS -

CPF: [REDACTED]

Filho de Pedro Paulo Wandek de Leoni Ramos e de Myrthis Ruschel Bergamaschi de Leoni Ramos

Endereço: [REDACTED]

Sócio da GPI - Participações e Investimentos e outras dezenas de empresas abaixo listadas.

Ex-Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos no Governo de Fernando Collor.

FAYED ANTOINE TRABOULSI, portador do CPF: [REDACTED]. Conhecido doleiro do DF. Chefe de organização criminosa que capta recursos financeiros de RPPS de Prefeituras no Território Nacional objetivando investimentos em títulos do governo e privados com indícios de fraudes.

FAYED TRABOULSI



de Assuntos Estratégicos no governo Collor, representava o hoje senador na BR Distribuidora, braço de distribuição de combustíveis da Petrobras. PP foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República juntamente com Collor por envolvimento nos desvios. O esquema tinha faturado 26 milhões de reais, segundo delação do executivo da UTC Ricardo Pessoa, por conta de contratos fraudados entre 2010 e 2014. As denúncias contra Leoni Ramos vêm de longa data.

Na década de 1990, o empresário foi acusado de cobrar propinas na Petrobras, caso conhecido como "Esquema PP". O ex-ministro sempre negou envolvimento com o escândalo, assim como qualquer das acusações atuais. *CartaCapital* teve acesso a novos documentos que mostram a proximidade de PP com Alberto Youssef e Fayed Traboulsi, dois dos maiores doleiros e lavadores de dinheiro sujo do País.

Youssef mantinha, em parceria com PP, uma "conta corrente" para gerir uma

contabilidade paralela. A movimentação chegava a 500 mil reais por mês. Segundo o doleiro, parte desse dinheiro seguia para Collor por meio de entregas pessoais, remessas ao exterior ou depósitos na conta do próprio senador. O ex-ministro de Collor nega qualquer ilegalidade na relação com Youssef, mas uma das negociações entre ele e o doleiro revela até onde iam os interesses da dupla: os Jogos Olímpicos de 2016.

Um plano de negócios foi montado por



Seu País



um escritório de advocacia de São Paulo para a empresa GPI Participações, de PP, e a consultoria GFD, controlada por Youssef, construírem um hotel no Rio de Janeiro. Denominado Projeto São Cristóvão, a ideia seria explorar o empreendimento destinado a atletas e turistas que estivessem na cidade. A GFD e a GPI usaram notas frias para esquentar dinheiro de esquemas fraudulentos.

Qual o verdadeiro interesse no segmento hoteleiro? Com a prisão de Youssef em março de 2014, o terreno do doleiro onde seria construído o hotel acabou embargado pela Justiça. Nada que tenha atrapalhado os lucros do ex-ministro. PP é um homem de muitos negócios. Segundo a PF, parte deles com organizações criminosas. Um relatório mostra relação de notas fiscais emitidas contra empresas de fachada

Inquisidor. As perguntas de Collor não comoveram os senadores. Janot foi aprovado com folga

SOBRE CHICO E FRANCISCO

POR SERGIO LIRIO

Na batalha de Itaré, confronto inexistente, em que se transformou sua sabatina no Senado, o procurador-geral Rodrigo Janot recorreu a um surrado ditado para jurar isenção e senso republicano: "Pau que bate em Chico bate em Francisco". Foi uma resposta às provocações inúteis do senador Fernando Collor, denunciado no escândalo da Petrobras por Janot, a quem chama de Janó.

Reconduzido a mais dois anos de mandato por 59 votos

a 12, o procurador negou um acordo com o Palácio do Planalto para denunciar Eduardo Cunha, presidente da Câmara, e assim liquidar uma pedra no sapato do governo. Na longa sessão, driblou a oposição, ainda em busca de elementos para tentar derrubar Dilma Rousseff, e escapou dos petistas que reclamaram da seletividade do Ministério Público nas denúncias, pois próceres oposicionistas implicados no esquema têm sido solenemente ignorados, caso do senador tucano Aécio Neves.



PP mantinha vários negócios em sociedade com Youssef

que teriam sido usadas pelo ex-ministro de Collor para lavar dinheiro.

O doleiro Fayed Traboulsi seria o encarregado pelas operações. O doleiro é apontado pela PF como responsável por desvios de cerca de 50 milhões de fundos de Previdência municipais e estaduais durante as investigações da Operação Miqueias. Segundo Youssef, a empresa de PP serviria para receber dinheiro de fundos de pensão, entre outras funções.

Na relação de notas fiscais frias, a

apuração aponta que a FKV Materiais de Construção recebeu entre junho e dezembro de 2009 o valor de 5,2 milhões de reais. Parte do dinheiro foi paga pela Conasa Companhia Nacional, empresa de saneamento da qual PP é sócio. Segundo a investigação, a FKV pertenceria a Flávio Júnior de Carvalho, funcionário de Traboulsi encarregado da lavagem. Para acertar os detalhes das maracutaias, os encontros entre PP e o doleiro, de acordo com escutas telefônicas, aconteciam na empresa do ex-ministro localizada nos Jardins, em São Paulo.

A GPI apareceu na Operação Lava Jato. Documentos apreendidos pela PF mostraram que notas frias foram usadas pela empresa da contadora de Youssef, Meire Poza, para lavar dinheiro da GPI. A empresa também teria indicado um ex-assessor do Ministério da Saúde para intermediar negócios do laboratório Labogen, no governo federal. O laboratório era pertencente a Leonardo Meirelles, representante de Youssef no esquema

de envio de recursos para o exterior.

A PF destaca em seu relatório que PP realizou outros negócios na área previdenciária. Segundo os investigadores, entre as operações postas sob suspeita, consta uma na Fundação Copel, fundo de pensão patrocinado pela Companhia Paranaense de Energia. A fundação comprou debêntures, títulos privados, da Universidade Luterana do Brasil. A colocação dos papéis no mercado ficou por conta da Unitas DTVM, corretora que tem parte do capital nas mãos da Global Bank Participações, empresa de PP.

O relatório revela ainda que PP é sócio do empresário Filadelfo dos Reis Dias. Executivo do setor de energia, Dias viu-se envolvido numa acusação de desfalque de cerca de 200 milhões de reais. Ele é sócio do Grupo Bertin em uma empresa de participações que controla duas pequenas centrais hidrelétricas. Segundo advogados do grupo, Dias seria responsável por fraudes e desvios na empresa. Como um cadáver insepulto, a República das Alagoas volta às páginas policiais. •



No dia anterior, em depoimento à CPI da Petrobras, o doleiro Alberto Youssef voltara a afirmar que o presidente Lula e a Dilma. Nesses casos, o doleiro afirmou acreditar que, dadas as circunstâncias e a magnitude da roubalheira, eles deveriam saber do esquema.

Republicano? O reconduzido procurador-geral diz não fazer distinção entre investigados. No caso de Aécio Neves, o silêncio ensurdece

de Aécio Neves. É um relato muito mais preciso do que as referências ao ex-presidente Lula e a Dilma. Nesses casos, o doleiro afirmou acreditar que, dadas as circunstâncias e a magnitude da roubalheira, eles deveriam saber do esquema.

Ao menos em relação ao comportamento dos meios de comunicação, está provado: pau só dá mesmo em Chico, nunca em Francisco. Se as ilações contra Lula e Dilma mereceram extensa cobertura midiática às vésperas das eleições do ano passado, a acusação contra o tucano foi completamente ignorada pelos jornais. Silêncio ensurdecedor.